



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal da Maia

Declaração Política

Quer o BE declarar, que é inegável a importância da Siderurgia Nacional do concelho da Maia para a economia local e nacional bem como, importante fonte de emprego. Assim, deve este complexo industrial, conviver com a população que o circunda de forma harmoniosa e respeitosa o que, nos nossos dias, é possível recorrendo, com RIGOR, às Melhores Tecnologias Disponíveis, tal como o grupo económico espanhol a que pertence este complexo fabril, investiu em Náron na Galiza.

A preocupação do Bloco de Esquerda não diminui, antes aumenta cada vez mais perante a iniquidade e impunidade de que têm gozado os detentores económicos daquele grupo e que nada nos garante que venham a desaparecer.

Uma vez mais encontramos-nos nesta assembleia expressando o nosso vigoroso protesto face à crescente hegemonia da SN-Maia no que respeita à expansão do seu domínio sobre o território, sobre a saúde e bem estar das populações, sobre a saúde da água (linhas de água, lençóis freáticos), sobre a saúde da floresta e dos produtos hortícolas, sobre a saúde dos solos e sobre saúde do ar. Agrava-se a nossa inquietação perante a perturbadora parceria estabelecida entre esta indústria e o executivo camarário. Tememos, mesmo, que o plano da primeira seja ocupar toda a reserva agrícola e florestal das freguesias de S. Pedro de Fins e de Folgosa.

Sublinhe-se que toda esta região ocupada pelas diferentes fábricas, escritórios, armazéns, espaços dos diferentes depósitos e das vias de serviço interno e de acesso, encontra-se num vale riquíssimo, quicá o mais rico do nosso concelho, para a agricultura dado a abundância de água e a excelência do solo.

Como confiar no executivo camarário, que à partida tem em elevada estima e consideração este grupo económico que mantém uma postura de desprezo pela saúde e bem-estar das populações? Pode ler-se na proposta de protocolo entre a C.M. da Maia e a S. N. empresa de Produtos Longos: - *...a C.M. da Maia mantém um acompanhamento sistemático das unidades instaladas no seu território ... e mais adiante, ...no que diz respeito ao seu desempenho ambiental, regista-se uma evolução positiva relativamente ao impacto ambiental na envolvente ...*

E então face às questões levantadas pelos cidadãos e pelo BE perante os evidentes factos de acentuada poluição nas áreas envolventes daquele complexo fabril?: As limalhas colhidas por um simples íman, os fumos, os

depósitos alaranjados nas margens do ribeiro Leandro, nas paredes das casas nas precianas, na roupa estendida, no fundo dos tanques e piscinas. E o ruído altamente perturbador do sono e descanso? E o elevado índice de doenças respiratórias prevalentes nesta região quando comparado com outras zonas “livres” de tal influência tóxica?

A estas perguntas o Sr. Presidente da Câmara respondeu serem problemas da tutela da APA o não articula com o sublinhado a cima registado.

Acresce, segundo o ponto G do referido no protocolo: *A SN LONGOS...investiu ao longo dos últimos vinte anos, direta ou indiretamente, mais duzentos milhões de euros, na modernização e eficácia ambiental das suas instalações fabris e escritórios da Maia...* Onde estão, afinal, as evidências dessas tão extraordinárias melhorias para o ambiente?

E quanto à nova rede viária? Que Abuso! Já não bastava a interdição à circulação, de pessoas e veículos em vias e ruas de acesso a esse complexo. O argumento por parte deste era trata-se de propriedade privada, que a ser verdade, é ilegítimo por ser um bem público que foi retirado à população sem que esta tenha sido consultada nem advertida de forma explicita, clara e acessível!

Indignados, perguntamos: Quem tem conhecimento de todas estas alterações, nomeadamente, as que o PDM vai ser sujeito? Respondemos: Tudo isto está a ser feito nas costas da população.

Lembramos, em 02 de Agosto de 2002, foi celebrado entre as partes um protocolo com objetivo idêntico!

Perguntamos, como foi possível após 14 anos de vigência de tal protocolo a situação se manter tal como está?

O denominado “Master Plano da SN Maia”, é sim um objetivo de comprometimento da CM da Maia num conjunto de obrigações em nossa opinião, leoninas, com um sem número vantagens para a siderurgia e muito pouco controlo por parte da Camara.

Perguntamos ainda, Quantos postos de trabalho serão criados?

Que controlo pode a CM Maia fazer?

Qual o Grau de fiabilidade dos instrumentos instalados, quem os controla?

Em caso de recolha de dados que indiciem afetação da saúde pública, como vai a Camara atuar, a quem serão comunicados esses dados?

Podem V^{as} Exas que aprovaram o presente protocolo garantirem e responsabilizarem-se pelos danos causados em caso da afetação de bens e pessoas?

Quanto ao planeamento urbanístico, licenças, alterações PDM, tem a CMM a certeza da aprovação das mesmas sem resistência?

Estas são algumas questões essenciais que têm de ter respostas claras e que o presente protocolo esquece.

Por isso não aceitamos estarmos fora de tais acordos, protocolo e planos!

Exigimos, pois, tomar parte nesta discussão como representantes do povo que somos!

Os deputados do BE

M^a Luísa Oliveira

Silvestre Pereira